



# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Março de 2011

Ano 36 – Nº 203

Foto: João Zinclar

**“O sangue derramado engendrou uma luta que nunca mais parou!”**

**Dorothy ainda vive na resistência de seu povo.**

Págs.: 8 e 9

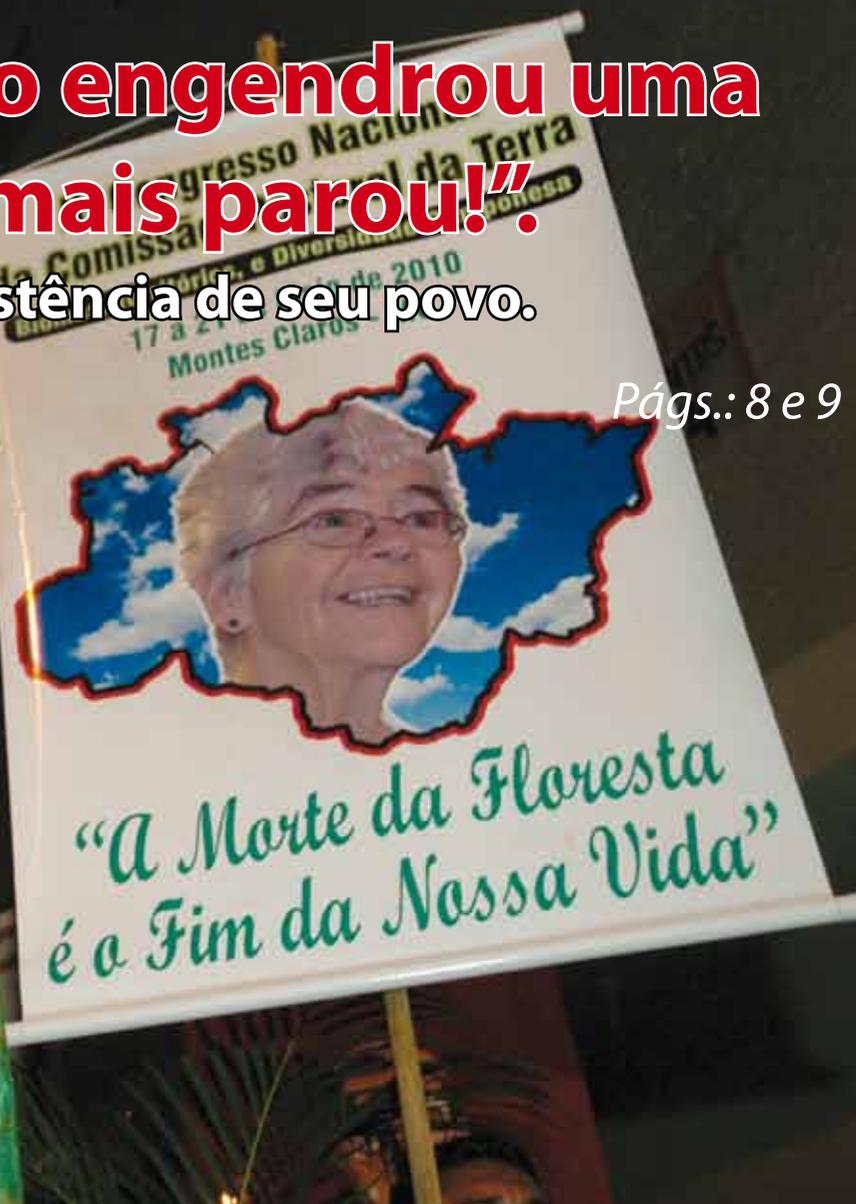


Foto: João Zinclar



*Balanço da “Era Lula” mostra escolha pelos grandes projetos em detrimento do desenvolvimento da agricultura familiar.*

Pág.: 7

## EDITORIAL

## Apesar de horizontes turvos, cresce a esperança

Começamos um novo ano. Um novo governo federal, novos governos estaduais. A primeira mulher ocupando a Presidência da República, uma conquista simbólica importante. Esperança renovada, sonhos a construir. Mas, por trás dos novos governos, quem se movimenta com a desenvoltura de sempre é o capital que acaba determinando o que os governos podem e devem fazer.

Por isso enfrentamos uma luta desigual. As primeiras manifestações públicas da nova presidenta deixa a Reforma Agrária no mais completo esquecimento. E entre as primeiras medidas do novo governo está a liberação de uma licença “específica” para a construção do canteiro de obras da Usina Belo Monte, um projeto que “tem” que ser levado adiante, mesmo que as evidências de seus limites e dos seus impactos negativos sejam gritantes. O olhar econômico ofusca os outros olhares e não se importa se a obra vai afetar comunidades indígenas e ribeirinhas e destruir boa parte da biodiversidade existente. É o interesse do capital que está em jogo e este não pode ser contrariado.

O apoio ao agronegócio é diametralmente oposto ao arrefecimento das ações do governo em relação à Reforma Agrária, como mostra o balanço feito pela CPT Nordeste II e os estudos que indicam que a economia camponesa é mais eficiente que o tão badalado agronegócio. Os discursos, ouvidos na passagem do ano e de governos, pouco ou quase nada falaram em mudanças. Foram mais de continuidade. As estruturas permanecem intocadas, bem ao gosto de quem sempre comandou este país.

Começamos um ano com catástrofes naturais impressionantes que, sem pedir licença, entraram em nossas casas pela televisão. Vitimaram milhares de famílias e deixaram mais de mil pessoas mortas dando uma atualidade sem igual à Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema Fraternidade e a Vida no Planeta. Seu lema “A Criação geme em dores de parto”, se aplica muito bem à realidade vivida. A Natureza, toda a Criação, ainda não merece o devido respeito. Os bens naturais são vistos como mercadorias a serem exploradas e negociadas. E essa mentalidade invade corações e mentes e acaba jogando trabalhadores contra trabalhadores. É isso que se viu em Anapu, Pará, no início deste ano. No cenário em que, há seis atrás, tombou Irmã Dorothy, a sede desenfreada de lucro provocou a retirada ilegal de madeira, dentro do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, PDS Esperança, idealizado por irmã Dorothy. Os defensores do PDS, de seus princípios e valores bloquearam estradas para impedir que a retirada continuasse e foram hostilizados por madeireiros, políticos e trabalhadores liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais que defendiam a comercialização da madeira.

Apesar de os horizontes serem um tanto turvos, cresce a esperança. As lições do deserto das narrativas bíblicas estão aí para nos alertar que não basta vencer o Faraó, é necessário desconstruir o Faraó que se instalou dentro de cada um. E isso nos é lembrado pela afirmativa de que um “Outro Mundo é Possível”, reafirmada no Fórum Social Mundial, realizado no Senegal, África; pela lembrança de um grande lutador da causa indígena, Dom Samuel Ruiz, que faleceu em janeiro; pelas ações dos jovens que participam da Escola de Jovens Rurais, em Rio Pardo, RS, e ganha os contornos da dramaticidade expressos na Carta dos Guarani-Kaiowá, à presidenta Dilma Rousseff. As celebrações que comemoraram os seis anos do martírio de Irmã Dorothy e as atividades do Dia Nacional de Combate ao Trabalho, criado em memória dos agentes fiscais do Ministério do Trabalho, assassinados em 28 de janeiro de 2004, confirmam a solidez da esperança, pois, nas palavras de Dom Erwin, bispo do Xingu “o sangue derramado engendrou uma luta que nunca mais parou... o grito por uma sociedade justa e pela defesa do meio ambiente tornou-se um brado ensurdecedor”.



## “Imagens de Resistências: Resistir para Existir”

O livro “Imagens de Resistências: Resistir para Existir”, do fotógrafo italiano e cooperante da CPT Nordeste II, Carmelo Fioraso e com versos de João Muniz, camponês do assentamento Almir Muniz, Itabaiana, PB, foi lançado na Itália em dezembro do ano passado. As imagens retratam a realidade de sem terras, cortadores de cana, assentados e comunidades tradicionais, e leva a uma reflexão sobre os caminhos da humanidade com o atual modelo de agricultura destruidor. Os versos de Muniz contam a história dos atingidos pelo agronegócio, o sofrimento e a luta dos que sonham e semeiam a utopia, na certeza que os frutos um dia virão. O livro será lançado no Brasil no segundo semestre, ao preço de R\$ 25,00, com as vendas revertidas para o trabalho da CPT.



## O Grito do Planeta Terra



A humanidade está numa encruzilhada decisiva: não é mais possível continuar no rumo de um falso crescimento, baseado no consumo exacerbado, no desperdício e na exploração dos recursos naturais. Para as pessoas de fé, a luta pela vida das pessoas e do planeta não é só uma questão ecológica, mas uma decisão teológica e ética. Quatro roteiros de encontros são aqui oferecidos para nos ajudar nessa escolha. Cada um deles é acompanhado por um texto de aprofundamento em linguagem profunda e ao mesmo tempo, simples. O livro dos agentes da CPT no Amapá, Anna Maria Gallazzi e Sandro Gallazzi é um ótimo material para refletir sobre a busca insaciável por uma felicidade material.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).  
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.  
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.  
[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) comunicacao@cptnacional.org.br

**Presidente**  
Dom Ladislau Biernaski

**Vice-presidente**  
Dom Enemésio Lazzaris

**Coordenadores Nacionais**  
Padre Flávio Lazzarin  
Edmundo Rodrigues  
Lucimere Leão  
Isolete Wichinieski  
Padre Herminio Canova  
Padre Dirceu Fumagalli

**Redação**  
Cristiane Passos  
Antônio Canuto  
Paula Pereira  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.

**Diagramação**  
Vivaldo Silva Souza

APOIO  
**EED**  
Evangelischer Entwicklungsdienst

**Brot Für Die Welt**  
Pão para o Mundo  
**Fundação Eugen Luther**

**MZF**  
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

**Anual R\$ 10,00.**

*Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.*

*Informações canuto@cptnacional.org.br*



## Dom Pedro é homenageado com Comenda Dom Hélder Câmara

Representado por Eder Magalhães (secretário executivo do CIMI - Conselho Indigenista Missionário), Dom Pedro Casaldáliga recebeu em 21/12/2010, no plenário do Senado Federal, a Comenda Dom Helder Câmara. A Comenda foi criada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e premia cinco personalidades que tenham oferecido contribuições relevantes à defesa dos direitos humanos no Brasil. Além de Dom Pedro, receberam a comenda Wagner Giron de La Torre, defensor público de São Paulo, o Defensor Público do Pará Antônio Roberto Cardoso, o Deputado Estadual Fluminense Marcelo Freixo e o cearense Dom Manuel da Cruz, que na ocasião rejeitou a homenagem por achar que recebê-la seria uma afronta ao povo brasileiro, depois que os parlamentares reajustaram o próprio salário em 61,8%.

## Sem alardes CPMI do MST é oficialmente encerrada

No dia 31 de janeiro foi encerrada formalmente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada no final de 2009 para apurar, entre outros itens, denúncias sobre “desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários”, mais particularmente aquelas próximas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Criada - e prorrogada - por iniciativa de parlamentares ruralistas, a CPMI do MST foi coberta com uma pá de cal, sem que o relatório final fosse submetido à votação dos membros da comissão.

## Um inquietante relatório da FAO

Foto: João Zinclar



Segundo relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), os preços mundiais dos alimentos tiveram em dezembro do ano passado uma elevação média de 25% em relação ao mesmo período de 2009, e chegaram ao seu ponto mais alto desde o começo do século. Os alimentos que mais subiram foram a carne e os cereais, muito influenciados pela crise internacional e pelos movimentos especulativos que atingiram as commodities. Segundo o índice elaborado pelo órgão internacional, os preços dos cortes bovinos e suínos de exportação tiveram um aumento de 19% em relação a dezembro de 2009, enquanto os cereais tiveram um acréscimo de 39%. “Estamos preocupados basicamente com a incapacidade para prever as variações. Ainda há espaço para que os preços subam muito mais, por exemplo, se o clima seco na Argentina se converter em uma seca e se começarmos a ver problemas por causa da neve no hemisfério Norte com a colheita do trigo”, manifestou o economista da FAO Abdolreza Abbassian. No entanto, a oficial de Comércio e Mercados da FAO, Ekaterina Krivonos, assinalou que a segurança alimentar dos países ainda não está em perigo. “A produção mundial de nutrientes deve crescer 3% para manter o atual nível de reservas. Mas, além disso, também é preciso valorizar as fortes altas nas colheitas na América Latina, em especial no Brasil e na Argentina”, afirmou Krivonos. Para a FAO, a crise alimentar gerada pelo incremento nos preços irá atingir mais os países que não possuem fundos para impulsionar políticas sociais, “como Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua, onde entre duas e cinco em cada 10 pessoas estão desnutridas”.

## Representantes de organizações Camponesas se reúnem com Governador de Alagoas

Foto: Carmelo Fioraso

Na manhã do dia 18 de fevereiro ocorreu uma reunião entre o Governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).



Participaram também o Superintendente Estadual do Incra, Estevão Oliveira, e a desembargadora Nelma Padilha, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, além de outras autoridades. O encontro teve como pauta o alto índice de conflitos agrários no Estado, o ostensivo uso da força policial nas reintegrações de posse e a necessidade de ter um maior comprometimento do Estado

para garantir as melhorias necessárias nos assentamentos da reforma agrária. O Governador Teotônio Vilela Filho decidiu instituir por meio de uma portaria conjunta, com os poderes públicos de Alagoas, um Comitê de Gerenciamento dos Conflitos Agrários, que terá a função de fiscalizar os problemas relacionados à reforma agrária.

## 141 famílias conquistam assentamento nas Várzeas de Sousa (PB)

Foto: Rafael Soriano - MST Alagoas



Depois de sete anos de resistência e luta, as 141 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem na área das Várzeas de Sousa, sertão paraibano, conquistaram uma grande vitória. No dia 11 de fevereiro, o Incra divulgou no Diário oficial da União, a criação do assentamento Nova Vida I, no Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (Pivas), no município de mesmo nome. O assentamento possui aproximadamente mil

hectares e é o primeiro criado pelo Incra no Estado em 2011. As 141 famílias de trabalhadores rurais acampadas nas Várzeas de Sousa já possuem uma grande produção. A Comissão Pastoral da Terra, que acompanha cerca de 98 famílias na área, afirma que são mais de 160 toneladas de alimentos por ano, mesmo na condição de acampados, sem acesso a créditos e a qualquer infra-estrutura. A ocupação de áreas no Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (Pivas) teve início em 2004, inicialmente com 60 famílias de trabalhadores rurais sem terra. A partir de diversas manifestações e da resistência das famílias acampadas, em 2007, o Incra, o Ministério da Integração Nacional e o Governo do Estado da Paraíba iniciaram a discussão para a legalização do repasse das terras ocupadas ao Incra.

## ARTIGO

## 2011 – Ano perdido para a Reforma Agrária?

ANTÔNIO CANUTO\*

Analisando os primeiros momentos do governo Dilma pode-se afirmar, sem qualquer relutância, que as perspectivas para o primeiro ano do seu governo, em relação à Reforma Agrária não são nada animadoras. A Reforma Agrária não foi pautada durante a Campanha Eleitoral e, nas primeiras manifestações públicas da presidenta, ficou completamente na sombra. No discurso de posse, em primeiro de janeiro, a agricultura familiar foi apenas citada na afirmação de que não é incompatível com o apoio aos grandes exportadores.

Na abertura dos trabalhos legislativos, em 02 de fevereiro, ao entregar pessoalmente ao Congresso Nacional a Mensagem do novo governo, a questão da terra só é mencionada pela presidenta no contexto do combate à miséria: “O Brasil não pode aceitar mais que milhares de pessoas continuem vivendo na miséria, que não tenham alimentação suficiente, que não tenham um teto para viver. É vergonhoso que, em um país capaz de produzir no ano passado 149,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, ainda haja cidadãos que passem fome.” Nenhuma referência a um possível processo de Reforma Agrária.

### De concreto, o que o governo se propõe a fazer em relação à Reforma Agrária?

A Mensagem ao Congresso Nacional é mais uma prestação de contas das ações do governo que findou, do que a exposição do que vai ser prioridade em 2011. O capítulo II da mensagem trata do “Desenvolvimento Inclusivo e Erradicação da Pobreza Extrema”. O item sete é dedicado

à Agricultura Familiar e à Reforma Agrária. A Reforma Agrária é apresentada em quatro focos:

O primeiro, “Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária”, mereceu três parágrafos. Os hectares incorporados, os assentamentos estabelecidos e o número de famílias assentadas são tratados no primeiro parágrafo. No segundo e terceiro são mostrados os feitos do governo Lula: “No período de 2003/2010, o Governo ultrapassou a expressiva marca de 613,9 mil famílias assentadas o que equivale a pouco mais de 66,4% do total de famílias já assentadas no País. Foram criados 3.551 projetos de assentamento, em 48,3 milhões de hectares. Em aproximadamente 86% desta área destinada à reforma agrária (42,3 milhões de hectares), foram criados projetos ambientalmente diferenciados, na maior parte situados na Amazônia Legal. Para atingir estes resultados foram ampliados os recursos destinados à obtenção de terras, totalizando R\$ 7,45 bilhões em oito anos. Somente em 2010, foram destinados R\$ 481,4 milhões para obtenção de terras, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, incorporando à reforma agrária 243,3 mil hectares, que possibilitaram a criação de 203 novos projetos para o assentamento de 39.483 famílias.”

Isso. O que o novo governo pretende fazer em 2011 em relação a novos assentamentos e a novas áreas para a Reforma Agrária? Silêncio completo.

O segundo foco trata do “Investimento na Qualidade dos Assentamentos”. Este mereceu oito parágrafos para dizer que nos últimos anos



Foto: Rafael Bavaresco

houve ampliação de serviços de Assistência Técnica, mais crédito, melhora na infraestrutura básica, o programa Luz para Todos, apoio à escolarização pelo Pronera e que a perspectiva ambiental passou a fazer parte da rotina do INCRA. Para 2011, nada.

O terceiro foco é sobre “O Programa Nacional de Crédito Fundiário”, que viabiliza a aquisição de terras através de financiamento. Neste caso estão previstas algumas ações para 2011. O quarto foco versa sobre a Regularização Fundiária com destaque para o Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal tão combatida pela CPT e movimentos sociais por significar a regularização da grilagem na Amazônia. Para este programa diversas ações estão programadas para 2011 como a medição de 46 mil ocupações e a contratação de serviços topográficos. Entra neste foco, também, a Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas. Neste caso cita-se o que foi feito, mas não há qualquer sinalização do que poderá se fazer em 2011.

Não se pode tapar o sol com a

peneira. A Reforma Agrária não está no horizonte do novo governo. E isto é corroborado pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em entrevista ao Jornal Valor Econômico de 22/2/2011. Ao ser perguntado sobre o número de acampados que esperam ser assentados, disse: “Não temos dúvida de que há ainda um passivo a ser coberto, de gente que precisa de terra, então, não é que não vai ter mais reforma agrária. Vai continuar tendo, mas vamos trabalhar fortemente na qualificação do assentamento porque a pior coisa que pode acontecer com o MST é um assentamento que vire uma favela rural.” A Reforma Agrária só passará a ser pauta do governo se houver uma grande pressão da sociedade. Os movimentos do campo têm a ingente tarefa de mostrar que a Reforma Agrária é uma necessidade e um dos instrumentos mais adequado para o combate à miséria, prioridade do governo Dilma.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## TRABALHO ESCRAVO

# Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo impulsiona atividades no país

CRISTIANE PASSOS\*

A data de 28 de janeiro foi oficializada como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, para homenagear os auditores fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados nesse mesmo dia em 2004, durante fiscalização na zona rural de Unaí (MG). Entidades públicas e organizações civis organizaram eventos como manifestações, debates e lançamentos de documentos sobre o tema, em todo o país. A última semana do mês de janeiro foi marcada por atividade em vários estados brasileiros. Foi a segunda vez que se programou para tal data eventos para tentar chamar mais atenção a esse problema, com o objetivo, de sensibilizar a sociedade em geral, e, com isso, tentar aumentar a pressão por parte dela para que haja mais avanços no combate e erradicação do trabalho escravo contemporâneo no país.

No dia 27 de janeiro houve o lançamento de um documento concentrando análises de dados sobre processos criminosos envolvendo o uso de mão de obra escrava em dezenas de fazendas no Maranhão. Sob o título "Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão", o documento produzido pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) de Açailândia (MA) reúne uma amostragem dos registros que constam no acervo do CDVDH e nos arquivos de diferentes órgãos governamentais. No dia 28, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) promoveu uma manifestação para lembrar os sete anos da chacina de



Foto: João Ripper

Unaí, em frente ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Belo Horizonte (MG). O protesto cobrou o julgamento dos principais responsáveis pela chacina.

A cidade de Belém, no Pará, sediou o seminário "Trabalho Escravo no Pará, desafios e propostas para a erradicação". Realizado no dia 28, o evento contou com a presença de representantes do judiciário, do senador José Nery (PSol-PA), que propôs a criação dessa data, e do frei e coordenador da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, Xavier Plassat. Na ocasião, frei Xavier apresentou o painel "Trabalho Escravo no Brasil e no Pará: Situação e Perspectiva", e destacou a necessidade de que o enfrentamento ao trabalho escravo seja articulado pelos estados, em sintonia com as ações federais. "Temos como meta ficar muito mais vigilantes. Essa situação de trabalho escravo se espalhou pelo país inteiro. Hoje, não há estado ou região que esteja imune ao problema", realçou o frei. Frei Xavier destacou, ainda, a im-

portância da realização dessas atividades na semana do 28 de janeiro, "esta semana nasce em memória de um símbolo trágico do combate ao trabalho escravo, porque ao mesmo tempo simboliza a impunidade e a ligação entre o agronegócio e a escravidão contemporânea". E completou, "precisamos fazer uma mobilização muito maior, para detectar, para observar, para nos informar e denunciar; e uma mobilização para cobrar o fim da impunidade que é dramática e que, todo dia, tenta nos demonstrar que trabalho escravo não é crime. Ninguém vai para cadeia."

## Lista suja também motiva ações

No estado do Piauí, o Fórum de Erradicação do Aliciamento e Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, formado por entidades públicas e civis, promoveu um Ato Público, no dia 28, em que alertaram a população sobre o crescimento de empresas do Piauí na

Lista Suja do Trabalho Escravo. Apresentações artísticas, panfletagem, coleta de assinaturas para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/01, que prevê o confisco das terras onde forem flagrados trabalhadores escravos, e exposição fotográfica também marcarão a data no estado.

Em Cuiabá, Mato Grosso, um ato ecumênico foi promovido pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae). Já em Brasília foi realizada uma reunião conjunta das Frentes Parlamentar Mista e da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, no dia 3 de fevereiro. Marcarão presença no evento, a nova ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Maria do Rosário, e a recém-empossada titular da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Vera Albuquerque, além do jornalista e coordenador da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto e do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Em sua participação na reunião, a ministra Maria do Rosário prometeu apoio e engajamento imediato para a aprovação da PEC 438. Segundo ela, a aprovação da chamada "PEC do Trabalho Escravo" deve ser entendida como "aspecto fundamental", "passo importante" e "símbolo" do enfrentamento à escravidão contemporânea. Já Vera Albuquerque afirmou na reunião, que o combate ao trabalho escravo continuará sendo uma meta prioritária da fiscalização trabalhista.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

# A economia camponesa é mais eficiente

MIECESLAU KUDLAVICZ\*

Início recordando parte da fala do professor russo Teodor Shanin proferida no encerramento do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) de Londrina, realizado em 2007. Na oportunidade ele afirmou que atualmente estão acontecendo dois processos simultâneos no campo que é “a criação e a recriação do campesinato” nos diferentes países do mundo. E citou como exemplo a Rússia atual, pós-socialismo, em que há um movimento de russos que retornam de outras ex-repúblicas soviéticas, e eles decidem morar nas vilas rurais, porque a vida nas cidades é cara. E que são geralmente os mais jovens.

O estudo realizado pela doutora Rosemeire Aparecida de Almeida, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), tendo como referência os censos agropecuários do IBGE de 1995/96 e 2006, também aponta que no MS houve um pequeno, mas importante movimento de reprodução do campesinato. Segundo a pesquisadora, os dados do Censo de 2006 revelam que no MS a concentração da terra continua sendo realidade, pois as classes de área de menos 50 hectares representam 58,83% dos estabelecimentos e detêm apenas 2,09% da área, já os estabelecimentos acima de 1000 ha representam 10,18%, mas possuem 76,93% do território. Mesmo assim os dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 revelam que não houve uma diminuição do pessoal ocupado no campo como tem ocorrido em grande parte dos estados brasileiros. Houve um pequeno aumento de aproximadamente 9.000 pessoas ocupadas no campo. Pode parecer insignificante. Porém se observamos outro dado do Censo Agropecuário de 2006, em relação ao pessoal ocupado com laços de parentesco (camponeses/agricultores familiares), houve um aumento de aproximadamente 30 mil pessoas e

uma diminuição do pessoal ocupado sem laços de parentesco (os assalariados/empregados).

Para a pesquisadora Almeida, isto se deve aos projetos de reforma agrária que alteraram a concentração fundiária em 1% em favor da pequena propriedade. Esta classe de área (menos de 200 ha) ocupava 1.270.725 hectares em 1995/96 (4,11%) e em 2006 ocupa 1.504.902 hectares (5,01). Por outro lado, apesar de toda propaganda a favor de que o agronegócio gera empregos, os dados do IBGE dizem o contrá-



Foto: João Zinclar

rio. Houve uma diminuição de pessoal ocupado sem laços de parentesco (assalariados). Caiu de 97.654 em 1995/96 para 75.083 em 2006. Ou seja, tanto em 1995/96 como em 2006 a média e a grande propriedade, empregavam menos gente que a pequena. Os dados do Censo 2006 registram que o aumento no número de pessoal ocupado ocorreu nas classes de área de menos de 50ha ela sozinha representa 44,18% do total do pessoal ocupado no Estado (93.311). Cruzando as ocupações com o tamanho da terra, a classe de área de menos de 50 ha gera uma ocupação a cada 6,7ha, enquanto a classe de área acima de 1000 ha gera uma ocupação a cada 411,56 ha.

Outra observação importante na

escala estadual diz respeito ao aumento significativo na produção de aves no Censo 2006. Ressalta-se que 71,51% desta produção vêm da pequena unidade (até 200 ha). O mesmo ocorre com a produção de suínos que cresceu 69,87%, sendo a pequena unidade responsável por 70% desta produção. Em relação ao leite a pequena unidade teve um aumento na produção de 41,01% em relação ao Censo 1995/96, enquanto a média e a grande unidade reduziram sua produção de leite. Este aumento está nas classes de área de menos de

50 hectares, que representam em grande medida o tamanho das parcelas dos lotes da Reforma Agrária. Estas classes de área de menos de 50 ha, que detêm apenas 2,09% da área total, produzem 46,48% do leite no Estado, utilizando pouco financiamento. Segundo os dados fornecidos para a CPT/MS, os pequenos estabelecimentos do Mato Grosso do Sul que produzem arroz e feijão, foram mais eficientes que as propriedades da agricultura de exportação, de acordo com os dados dos dois últimos censos agropecuários (1995/96 e 2006).

Por exemplo, a soja teve um acréscimo de produtividade de apenas 6,77% de quilos por hectare em 2006, comparado aos dados do Cen-

so de 1995/96. Já o arroz registrou um aumento de produtividade de 67,77% em 2006, comparado com os dados do Censo de 1995/96, e o feijão também aumentou a produtividade em 51,19% em relação ao mesmo período. Portanto, apesar destes produtos da agricultura familiar terem sofrido uma redução de área colhida em 2006, o volume da produção foi superior ao de 1995/96. A pesquisa ressalta, por exemplo, que a classe de área responsável pela produção de feijão é a pequena unidade com até 200 ha. Este estrato responde por 64,07% do total da produção. “Apesar de pequenos, estes estabelecimentos têm conseguido se apropriar dos avanços tecnológicos e melhorar sua eficiência produtiva”, explica Rosemeire. Quando o assunto é financiamento, a pesquisa aponta uma interessante contradição no MS. Os 1.231 estabelecimentos com mais de 1.000 ha acessaram 78,97% do valor total dos financiamentos em 2006 e responderam por 51,17% do valor total da produção agropecuária em 2006. Os 4.269 estabelecimentos das classes de área de menos de 50 hectares acessaram 2,45% dos financiamentos em 2006 e responderam por 12,19% do valor total da produção agropecuária.

E para terminar, novamente recorro à fala de Shanin: ao afirmar que “precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Não temos que ensinar os camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida”. Porque “ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas” (SHANIN, 2007). É um aprendizado.

\* Geógrafo e agente da CPT no Mato Grosso do Sul.

## ANÁLISE

# Balanço da Reforma Agrária na Era Lula

*Todos os anos, a Comissão Pastoral da Terra Nordeste II faz uma análise da conjuntura política e avaliação dos avanços, desafios e impasses da Reforma Agrária no Brasil. Com o encerramento de 2010, chega ao fim também a chamada "Era Lula." É sobre este período que a CPT NE II refletiu no texto abaixo.*

Para os que lutam em defesa da Reforma Agrária, o ano de 2010 pode ser considerado o pior dentre os oito comandados pelo Governo de Lula. Os números explicitam: uma diminuição de mais de 44% de famílias assentadas, com relação ao ano anterior, além de uma drástica redução de 72% no número de hectares destinados à Reforma Agrária, conforme os dados divulgados pelo próprio Incra. A situação se agravou ainda mais porque o órgão, em 2010, teve orçamento reduzido em quase a metade em relação à 2009.

O governo Lula manteve o passivo de conflitos de terra recebido do Governo anterior. Embora as ocupações de terra tenham diminuído nos últimos anos, o número de famílias envolvidas na luta pela terra na Era Lula não está distante do da Era FHC.

A Reforma Agrária, como um conjunto de medidas estratégicas para enfrentar a concentração da propriedade da terra e promover um desenvolvimento sustentável, transformou-se em um precário programa de assentamentos. A histórica disputa no Brasil entre dois projetos para o campo brasileiro esteve em favor dos de sempre. De um lado, o agronegócio favorecido com a liberação abundante de recursos públicos. De outro, a agricultura familiar e camponesa relegada à periferia de políticas públicas.

A produção de etanol, proveniente do monocultivo da cana de açúcar, foi o destino certo de maciços investimentos governamentais. Na Zona da Mata nordestina, o Governo Federal não questionou o domínio territorial do decadente agronegócio canavieiro. Nem a tragédia ocorrida no meio do ano passado, com a enchente que atingiu dezenas de cidades de Alagoas



Foto: João Zinclar



Foto: João Zinclar

e Pernambuco, localizadas em regiões hegemonicamente tomadas pelo monocultivo da cana de açúcar, sensibilizou o Estado.

A situação dos territórios quilombolas é a mesma. Os dados divulgados, que revelam que o Governo Lula emitiu apenas 11 títulos às comunidades quilombolas são insignificantes. Número irrisório diante da demanda de mais de três mil comunidades em 24 estados brasileiros.

Na era Lula, o sertão nordestino foi o palco dos Grandes Projetos: Transposição do Rio São Francisco, Grandes projetos de mineração, fruticultura irrigada, com uso intensivo de agrotóxicos, com a degradação do meio ambiente e, sobretudo, com a irrigação custeada por recursos públicos para atender prioritariamente às grandes empresas. Em todos esses grandes Projetos, os resultados imediatos na criação de empregos e investimentos mascararam um futuro insustentável, com geração de danos à saúde da população e ao meio-ambiente, além da intensificação da concentração de renda e Terra.

No que se refere à aquisição de

terras por estrangeiros, o Governo Federal deu continuidade à política de FHC. Apenas em 2010, a Advocacia Geral da União passou a entender que a venda de terras brasileiras a estrangeiros ou a empresas brasileiras controladas por estrangeiros, estaria limitada ao máximo em cinco mil hectares. A decisão foi tardia, ineficaz e não mexeu nas aquisições anteriormente realizadas.

Assim, no governo Lula, pouco há a comemorar em favor da agricultura camponesa. Mas temos o dever de registrar algumas exceções. O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Prone-ra) foram transformados em políticas públicas permanentes, através de decretos assinados pelo presidente. Um outro fato positivo foi a reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que praticamente não existia e que virou um instrumento importante para a comercialização da agricultura familiar e camponesa. O governo que inicia tem que ter um posicionamento firme, com ações concretas nas estratégias da Refor-

ma Agrária, a exemplo de (1) assumir a reforma agrária e de defender a agricultura familiar e camponesa; (2) ter um orçamento compatível com as demandas; (3) propor um modelo que priorize a soberania alimentar, baseado na produção camponesa; (4) Limitar o tamanho da propriedade da terra; (5) assegurar a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001 PEC, que prevê o confisco de terras de escravagistas; (6) garantir a demarcação das terras indígenas e Quilombolas; (7) promover a aferição da função social da terra pelos vários pontos fixados pela Constituição Federal; (8) atualizar, enfim, os índices de produtividade.

O período que se encerrou, com o segundo mandato do Presidente Lula, produziu resultados evidentes na formação de Consumidores, mas não na formação de Cidadãos. Assim, diante das demandas da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa, é imensa a missão da Presidenta da República para os próximos anos.

## MÁRTIR E PROFETA DA ESPERANÇA

# Dorothy: a esperança da floresta

*Seis anos após a morte de irmã Dorothy, o processo de resistência em Anapu, Pará, ainda é duro e difícil, mas o seu exemplo de luta e a lembrança de um sorriso contagiante que se espalhava entre os amazônidas mantêm sua luta na região.*

ANTÔNIO CANUTO E  
CRISTIANE PASSOS\*

O assassinato de irmã Dorothy Stang, no 12 de fevereiro de 2005, a tirou do convívio de seu povo pobre no coração da Amazônia, em Anapu, Pará, mas não exterminou a sua luta, o seu exemplo e a sua esperança de mudanças efetivas na região, com vida digna e segura para agricultores e agricultoras amazônidas.

“Um martírio é sempre gerador de ressurreição”. Essas foram as palavras de entusiasmo e esperança da presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) – Regional de Belém, Pará, Ir. Zenilda Petry, ao lembrar os seis anos do falecimento de irmã Dorothy. Segundo irmã Zenilda, “embora o martírio de Ir. Dorothy tenha evidenciado ainda mais a força e a ganância cobiçosa de grupos e pessoas movidas por projetos opostos, por outro lado, esta morte despertou também a consciência, talvez um tanto adormecida de muitas pessoas. Isto resultou em resistência, solidariedade e certeza do caminho a prosseguir daquelas famílias e de uma rede maior de solidariedade. Igualmente, fortifica o povo de Anapu”.

A notícia da morte da missionária estrangeira em terras brasileiras por causa de sua luta em defesa da floresta e dos pequenos produtores da Amazônia, e tendo como responsáveis pelo crime grandes fazendeiros da região, que se aliaram em um consórcio macabro pela morte da religiosa, se espalhou rapidamente pelo mundo e obrigou o governo brasileiro e a justiça do país a não maquiar esse crime e tomar as

providências cabíveis pois outros tantos assassinatos por conflitos similares permanecem impunes em nosso país. De qualquer forma, o caso de irmã Dorothy abriu precedentes e até a comunidade internacional passou a cobrar maior empenho da justiça brasileira nesses casos. Mesmo assim, o processo do crime contra irmã Dorothy não foi nada fácil.

Os envolvidos na morte da missionária foram presos, julgados e condenados, fato incomum no Pará. O último julgado, cinco anos depois do assassinato, Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como “Taradão”, foi condenado em maio de 2010, a 30 anos de prisão, como um dos mandantes do assassinato. Dezoito dias depois de sua condenação, uma liminar do Tribunal de Justiça do Estado do Pará lhe concedeu *habeas corpus*, pondo-o em liberdade. O que não é incomum no estado. Outras medidas governamentais anunciadas no ambiente da repercussão da morte de Irmã Dorothy não foram implementadas ou o foram só parcialmente, de tal forma que as tensões e conflitos continuam.

No mês passado, janeiro de 2011, assentados do PDS Esperança bloquearam as estradas que dão acesso à área, para impedir a retirada ilegal de madeira, mostrando a ausência e inoperância dos órgãos públicos que deviam garantir o cumprimento das normas legais. Pior que isso. Madeiras envolvem e cooptam organizações de trabalhadores e, para atingir seus objetivos, jogam trabalhadores contra trabalhadores. O clima na região esquentou e a polícia federal e a força nacional tiveram que ir

até a área para evitar um conflito maior. Madeiros querem expulsar da região agentes da CPT e religiosas da mesma congregação de Dorothy, Notre Dame, para agirem e cometerem seus crimes livremente, expondo os assentados e assentadas do PDS à violência que já é habitual nesses rincões. Mas o esforço das organizações que se mantêm firmes em Anapu junto à esperança desse povo, discípulo da força de irmã Dorothy, dá continuidade ao processo de resistência e de denúncia dos crimes orquestrados contra a floresta em favor do lucro e da ganância desenfreada. Dorothy continua presente.

Passados seis anos, o que impressiona é que sua presença, antes confinada a Anapu, multiplicou-se. A irra-

dição do seu sorriso contagia pessoas no mundo todo. Sua morte irrompeu com a força da ressurreição. Sua ação, humilde e desconhecida, pequena e quase isolada, expandiu-se por todos os cantos do Brasil, conquistando corações e mentes e ganhou as dimensões do mundo. Dom Erwin Kräutler, o bispo do Xingu, em cuja diocese Dorothy exercia seu trabalho pastoral, disse na missa do quarto aniversário de sua morte: “O sangue derramado engendrou uma luta que nunca mais parou. Sepultamos os mártires, mas o grito por uma sociedade justa e pela defesa do meio-ambiente tornou-se um brado ensurdecedor.”

Irmã Margarida Pantoja, coordenadora do Comitê Dorothy Stang,

Foto: CPT Anapu



Foto: CPT Anapu



seis anos após o martírio da amiga, diz: “irmã Dorothy não é para ser lembrada; é para ser imitada. Ela nos deu lições de organização, parcerias, persistência”. E complementa: “um sonho do tamanho do ‘Sonho de Dorothy’ precisa da implementação ágil de políticas públicas voltadas para o campo da região amazônica. Isto só para citar algumas dificuldades existentes, que há para quem quiser levar adiante este grande sonho. Em Anapu, houve ainda a cooptação e a divisão dos trabalhado-

res dos PDS e, acima de tudo, a impunidade. Insisto com isto, pois, acredito que, se os culpados diretos e indiretos dos assassinatos de Dorothy, Adelaide, Dema, Dezinho e muitos outros, tivessem sido investigados profundamente, eles teriam ajudado a destruir o consórcio que ainda amedronta e ameaça as pessoas impedindo-as de realizar o grande sonho da Ir. Dorothy”.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Foto: CPT Anapu



## NOTA PÚBLICA DA CPT PELOS SEIS ANOS DA MORTE DE DOROTHY

### Seis anos depois do assassinato de Irmã Dorothy Stang conflitos continuam

A Coordenação Nacional da CPT, por motivo do sexto aniversário da morte de Irmã Dorothy Stang, no dia 12 de fevereiro, ao mesmo tempo em que presta uma justa homenagem a esta pessoa que acompanhou com total dedicação os homens e mulheres da região de Anapu (PA), que buscavam terra para trabalhar dentro de uma proposta que garantisse uma convivência harmoniosa com a floresta, quer denunciar que a situação que levou ao assassinato de Dorothy continua a provocar tensões e conflitos na área.

No mês de janeiro, conforme foi noticiado pela imprensa nacional, os assentados do PDS Esperança, onde Dorothy foi morta, bloquearam as estradas que davam acesso à área, para impedir a continuidade da retirada ilegal de madeira. Com esta ação os assentados pretenderam chamar a atenção das autoridades para a completa falta de fiscalização e controle dos órgãos públicos na região.

Na realidade os interesses do capital e dos grupos que assassinaram Irmã Dorothy continuam presentes. Destacam-se, sobretudo, as madeiras que envolvem e cooptam organizações de trabalhadores, como sindicatos, para defender a exploração da madeira. A estratégia para isso foi a infiltração, no PDS, de famílias que não participaram da luta para a construção do mesmo e, portanto, alheias ao espírito e aos princípios que nortearam sua criação. Estas abriram brechas no PDS para a derrubada e retirada de árvores da floresta. Com isso, as madeiras, com a participação da direção do sindicato, conseguiram semear o confronto e a discórdia entre os próprios trabalhadores. Isso ficou explícito nos dias de maior tensão em janeiro. Para manifestar sua contrariedade pela ação dos assentados do PDS, o sindicato dos trabalhadores rurais junto com outras entidades bloqueou a Transamazônica, acusando os agentes da CPT de serem os responsáveis pela ação dos assentados e até exigindo seu afastamento da região. A realização de uma Audiência Pública, em 25 de janeiro, da qual participaram representantes de diversos órgãos públicos estaduais e federais e que reuniu mais de 1.000 pessoas, tentou amenizar as tensões com a promessa de serem atendidas as reivindicações dos assentados.

O que acontece em Anapu, se repete em muitas outras áreas da Amazônia, como a mesma Coordenação Nacional da CPT denunciou em 2010, com um crescente aumento da violência. Em 2010, o setor de Documentação da CPT registrou, no Pará, 18 assassinatos de trabalhadores do campo, 100% a mais do que em 2009, quando foram registrados nove.

Os interesses econômicos, com seu olhar focado exclusivamente no lucro, recusa-se a ver outras dimensões e valores da natureza e utiliza diversas estratégias para minar a resistência popular, inclusive jogando trabalhadores contra trabalhadores. O próprio governo é refém desta visão economicista, à medida em que apoia declaradamente o agro e hidronegócios e a mineração na Amazônia e, a qualquer custo, quer impor seus grandes projetos de infraestrutura para dar sustentação à exploração econômica. É o caso da construção de hidrelétricas, como a de Belo Monte, que mesmo diante de todos os argumentos contrários, vai sendo levada adiante, sem mesmo observar o que ditam as leis.

A Coordenação Nacional faz um apelo veemente às autoridades deste país. O sangue vertido por irmã Dorothy clama para que a vida e os interesses das comunidades ribeirinhas e das florestas esteja acima dos interesses econômicos. Um desenvolvimento harmonioso, respeitando a natureza e suas riquezas e as comunidades indígenas e camponesas, precisa ser colocado como horizonte de um país novo e justo, sem violência.

Goiânia, 11 de fevereiro de 2011.

A Coordenação Nacional da CPT

## ARTIGO

# A Campanha da Fraternidade e a CPT

ROBERTO MALVEZZI\*

O Aquecimento Global não é um problema ambiental entre outros. O Aquecimento Global não é um problema ambiental entre outros. O Aquecimento Global não é um problema ambiental entre outros.

Talvez seja necessário reafirmar várias vezes essa assertiva para evitar as generalizações que estão acontecendo. A elevação média da temperatura da Terra – medida por vários termômetros em várias partes de seu corpo – tem o dom de tornar pior as condições para toda a comunidade da vida, com os chamados eventos extremos, além de mudar completamente o regime das chuvas, dos ventos e demais fatores que compõem o clima.

Para muitos cientistas, particularmente para James Lovelock, esse é o desafio mais monstruoso que a humanidade já enfrentou na face da Terra, diante do qual todos os demais seriam simplesmente irrelevantes.

Nós já estamos experimentando a fúria da natureza. O que as populações de Santa Catarina, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro vivenciaram, que nós vimos pela TV e outros meios de comunicação, de forma alguma pode ser considerado normal. Precipitações com 200 mm de uma única vez eram raras, raríssimas, de tal forma que até 1950 a cidade de São Paulo jamais conhecera uma precipitação acima de 50 mm. Quando esses dilúvios caem sobre cidades impermeáveis, com populações habitando várias áreas de risco, as tragédias se tornam inevitáveis. A sociedade brasileira contabilizou os 872 mortos da região Serrana do Rio – até agora – como se fosse algo comum. Vamos nos acostumando a contar os

mortos em centenas, milhares, como se nada dissessem sobre o futuro de nossas vidas e o futuro das próximas gerações.

Ao final de 2010, a Cáritas Brasileira, juntamente com outras entidades, convocou uma audiência na Câmara Federal para debater esses fenômenos, particularmente para analisar a reação da chamada “Defesa Civil” diante de tanta tragédia. A constatação é que a Defesa Civil já é uma tragédia. Diante da exposição de uma professora da Universidade de Pernambuco, afirmando que a melhor Defesa Civil do Brasil é a de

essa mudança climática gerada pelo Aquecimento Global.

Diante de um desafio tão gigantesco, tão além das possibilidades humanas, era de se esperar não só bom senso, mas uma reação aguerrida das lideranças mundiais, inclusive das brasileiras, para reverter ao máximo as causas dessa tragédia impossível de ser dimensionada. Não é o que vemos. Enquanto parte do Brasil derrete sob as chuvas, enquanto milhares morrem sob as águas das enchentes, tramita no Congresso, provavelmente indo à votação ainda em março, alterações no Código Florestal que favo-

começado exatamente no campo, no agreste pernambucano, e não dentro das cidades. Quando a água chegou, devastou todas as cidades.

O que a Campanha da Fraternidade desse ano nos propõe é exatamente a tomada de consciência e a reação à altura do desafio. Estamos passando por uma mudança de época, onde valores da sociedade de consumo, do individualismo, da devastação da natureza, estão sendo obrigatoriamente revistos, por bem ou por mal. Entretanto, para quem se alimenta de alguma forma de fé, como é o caso dos cristãos, então esse desafio é ainda mais exigente. Na verdade estamos postos diante da criação, portanto, do próprio Criador. Parece incrível que muitos cristãos ainda estejam de costas para tamanha problemática. A própria CPT precisa ir muito mais a fundo nessa questão. As implicações do Aquecimento Global para agricultura, principalmente a dos pequenos e mais pobres, podem ser devastadoras. Não podemos mais pensar em reforma agrária, agricultura ecológica, agricultura orgânica, etc., se não pusermos a variante da mudança climática no conjunto do raciocínio. Seria raciocinar no vazio.

Enfim, o desafio é para todos nós e para toda a humanidade. Vai das bases às lideranças mundiais. Principalmente, vamos ter que contar, como nos disse Vandana Shiva, com a “generosidade” da própria natureza. Quem sabe a Terra seja mais generosa para conosco, do que temos sido – particularmente os donos do mundo – para com ela. E nós, que sempre acreditamos nas iniciativas do povo, vamos ter que re-creditar na sabedoria e na ação popular.



Foto: João Zinclar

Santa Catarina, uma liderança dos devastados da região afirmou: então estamos mesmo na pior. É que essa liderança, quando aconteceu a tragédia em Santa Catarina, viu sua avó morrer imediatamente e viu sua irmã agonizar durante quatorze horas antes de morrer, à míngua, sem conseguir socorro algum da Defesa Civil catarinense. Portanto, o Brasil não tem preparo algum para enfrentar

recem o desmatamento das áreas de Preservação Ambiental Permanente – como as matas ciliares – e as encostas dos morros. Há um debate nacional de que a mudança seria permitida somente no campo, não nas cidades. É a defesa que faz de si mesmo o deputado Aldo Rebelo. O deputado então revela toda sua ignorância, como se o que aconteceu com 18 cidades de Pernambuco e Alagoas não tivesse

\* Agente do Projeto da CPT  
Articulação São Francisco Vivo.

## ARTIGO

# Belo Monte de escândalos e de “específicas” manobras

IARA TATIANA BONIN E  
ROBERTO ANTONIO LIEBGOTT\*

Mesmo com a intensa e ininterrupta onda de protestos contra a construção do Complexo de Belo Monte, o governo Dilma apressa o passo, impõe um ritmo de urgência a este e a outros projetos do PAC e inventa um novo tipo de licença para dar início ao mega-investimento. A “licença específica” concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) permite que a empresa Norte Energia S.A. (NESA) se instale no “sítio” de Belo Monte, faça terraplanagem e construa estruturas. Em outras palavras, permite que seja “suprimida a vegetação” de uma área de preservação permanente para que se implantem no local as primeiras peças de uma engrenagem de devastação que é, acima de tudo, uma incontestável prova do desrespeito aos direitos humanos e ambientais, protegidos por um conjunto de leis e normas específicas. Vale ressaltar que, conforme tem se pronunciado alguns especialistas em direito ambiental, existem apenas três formas de licença legalmente constituídas para a construção de qualquer obra deste porte: licença prévia, de instalação e de operação. Em função disso, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública, para impedir que essa manobra “específica” se concretize.

Há que se perguntar: sem o licenciamento definitivo, quem assumiria o risco de iniciar um empreendimento? Tal procedimento só se explica se imaginarmos que o Executivo já tem, previamente, certeza de que a obra será autorizada. Através de ações ilegais como esta recém-parida licença, a sombra desse monstruoso empreendimento se projeta como se fosse algo



Foto: Cristiane Passos / CPT Nacional

inevitável – ou mais um fato consumado! Nesta onda de despautérios, o próprio presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Márcio Meira, deixou de lado os pareceres técnicos emitidos pela Coordenação Geral de Gestão Ambiental e pela Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável do órgão que preside e, no Ofício 013/2011, endereçado ao IBAMA, afirma que a FUNAI “não tem óbice” para a Licença de Instalação das obras iniciais do complexo de Belo Monte. Desse modo, o presidente do órgão indigenista oficial, não apresenta nenhuma objeção ao fato de serem iniciadas obras que afetam diretamente a vida dos povos Araweté, Apiterewa, Asurini, Xikrin, Kayapó, Juruna, Xipaiá, bem como outros que possuem pouco tempo de contato com as populações vizinhas.

Há quem diga que é uma causa impossível impedir a construção do mega-monstro e que ele seria útil ao

desenvolvimento regional - como se fosse possível encontrar algum espectro de vida em algo que é, desde o surgimento, um projeto de morte. Mas há, no entanto, uma multidão de pessoas que acreditam que a política energética brasileira pode ter outros traçados se for rediscutida e redefinida com participação popular. Para essas pessoas o que importa não é exigir que se cumpram condicionantes e sim que a obra seja interdita, considerada uma ideia insana, dessas que assombram nossos sonhos de um mundo mais justo e democrático. Além dos irreparáveis danos sociais e de um impacto ambiental impossível de prever, ela teria um custo que, nem mesmo de um ponto de vista meramente econômico se justifica: a obra se inicia com R\$ 19 bilhões emprestados do BNDES, mas os especialistas já antecipam que custará quase R\$ 26 bilhões, dos quais, estranhamente se autoriza o empréstimo de 95,7% pelo mesmo banco. Em outras palavras,

quem paga o preço – social, ambiental, econômico – é o povo brasileiro.

Resta saber em nome de que, tal projeto é ainda considerado viável, e pode-se supor que existam muitos interesses (alguns, quem sabe, inconfessáveis) envolvidos na autorização de uma obra deste porte. Contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte há incontáveis manifestações protagonizadas pelos povos indígenas e por movimentos populares da região. Além disso, mais de 600 mil pessoas do Brasil e do exterior também se manifestaram, através de petições organizadas pela Avaaz e Movimento Xingu Vivo para Sempre, dizendo não a esta monstruosidade. As petições foram entregues ao Governo Federal, em uma significativa mobilização realizada em Brasília nos primeiros dias do mês de fevereiro. A presidente da República não quis receber os manifestantes, apenas designou alguns assessores para informar que o diálogo está aberto. Mas que diálogo ela quer estabelecer se, na oportunidade de iniciá-lo, não recebeu os interlocutores?

Ao que parece, a primeira presidente mulher à frente do país pretende traçar em letras garrafais o seu nome no livro dos absurdos, ignorando o debate político e as diferentes posições em relação a Belo Monte. Neste caso, pode-se dizer que a presidente prepara uma espécie de terraplanagem para nivelar, homogeneizar e tornar compacto o solo fértil das controvérsias e lutas que envolvem os processos democráticos. Mas esta não é uma luta vencida, uma vez que há, no país e no mundo, uma multidão que se mobiliza para tornar possível a causa aparentemente improvável de parar Belo Monte!

\*Doutora em Educação, professora da Universidade Luterana do Brasil e Vice-Presidente do Conselho Indigenista Missionário, respectivamente.

## FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2011

## Fórum Social Mundial de novo na África

HERMÍNIO CANOVA\*

De novo a atenção do Fórum Social Mundial (FSM) se voltou para o continente africano. Depois de Nairobi (2006), agora foi Dakar, capital do Senegal, região do Sahel (região que reúne um grupo de países do ocidente francófono, de origem francesa – como Senegal, Mali, Nigéria, todos países do semiárido africano), que de 6 a 11 de fevereiro acolheu a realização da 10ª edição desta “universidade ambulante” que é o FSM. Um verdadeiro caldeirão de debates, propostas, análises e articulações. A beleza das cores e das danças africanas não impediu de ver a dramática realidade deste continente, hoje o mais atingido e castigado pelas recentes crises globais: alimentar, financeira e climática. A pobreza e a fome crônicas de inteiras populações, sobretudo a população rural, impede a este continente olhar o futuro com esperança. Movimentos sociais, ONGs e representantes de governos progressistas da América Latina se uniram neste Fórum para trocar experiências, aprofundar as análises e encontrar caminhos e políticas, com o objetivo sempre presente de combater o imperialismo e o neoliberalismo, e promover a vida e a dignidade dos povos, sobretudo dos mais empobrecidos do mundo.

No espaço da Universidade Nacional, no meio de uma simpática confusão e tradicional desorganização, mais ou menos 70 mil pessoas, vindas de 125 países participaram das 1000 conferências e reuniões programadas. O tema mais discutido e que talvez perpassou todo o Fórum, foi o problema da TERRA e da produção de alimentos na África e no resto do mundo. Está acontecendo uma intensa e violenta corrida de compra de terras, sobretudo neste continente africano. Empresas globais e governos de países estrangeiros compram milhares de hectares de terra em todos os cantos

da África, com o apoio de governos locais corruptos, e produzem *commodities* para a exportação, sobretudo arroz, ou agrocombustíveis como etanol e óleo de yatropha. São estes grandes investimentos de instituições financeiras e das grandes empresas que estão provocando uma verdadeira tragédia na África: as comunidades camponesas perdem seus territórios e há uma grave ameaça de colapso da soberania alimentar de países inteiros. Foram muitos os debates, as análises e os protestos sobre este problema agrário e alimentar.

Outro ponto importante discutido no evento e que tem reflexos devastadores no continente africano são as mudanças climáticas. Se falou muito no problema da justiça climática, quem realmente deve pagar por essa tragédia climática, que afeta imensamente a África, por ser um dos países mais precários de estrutura e, com isso, sofrer mais brutalmente com os impactos dessas mudanças. Sobretudo na vida das comunidades e na agricultura.

Pude perceber, também, a forte presença das mulheres e dos movimentos organizados por elas. A questão da mulher foi uma grande temática, grandes conferências foram realizadas sobre esse assunto, envolvendo a questão dos direitos da mulher e, sobretudo, a grande tarefa das mulheres na África, como, por exemplo, na produção agrícola. São as mulheres que cuidam da agricultura no continente, que cuidam da comida



Foto: Adilson Alves / CPT Goiás

das comunidades, da tribo, da reprodução da vida e da produção dos alimentos. São elas as grandes responsáveis. Exigem, portanto, em um momento como esse, a proteção e cumprimento de seus direitos.

No último dia do Fórum houve a grande assembleia dos movimentos camponeses e das entidades que acompanham este problema, onde foi aprovado um documento de análise e de denúncia contra a compra de terras e contra a arquitetura atual do comércio internacional. Foram destacadas as práticas abusivas desta compra de terras, sobretudo de países como a China e os Emirados Árabes, capazes de enormes investimentos em terras africanas para produzir alimentos e alimentar suas próprias populações.

O “Dragão” chinês amedronta o continente africano. Chamou à atenção a clareza de pensamento dos agriculto-

res das organizações presentes, pequenos produtores, pastores, pescadores, sobretudo das mulheres camponesas africanas (são elas que produzem a maior parte dos alimentos locais). “A terra não é uma mercadoria, é patrimônio cultural e espiritual das nossas comunidades, esta compra de terras nos tira a capacidade de produzir os alimentos, temos o direito humano de sermos livres da fome, estamos perdendo nossa liberdade e nossa autonomia”, analisa um líder camponês da Nigéria. A minha impressão é que mais uma vez o FSM deu ânimo a esta grande marcha humanitária e civilizatória rumo a um “outro mundo possível e necessário”. Foi declarado neste Fórum que é necessário se opor sempre a tudo o que é contra a humanidade.

\* membro da coordenação nacional da CPT.

## ARTIGO

# Samuel Ruiz: evangelho da solidariedade total e intercultural

LUCIANO BERNARDI\*

Minha geração, ano de 1946, talvez por ter iniciado a “gerar-se” com o regresso à vida dos sobreviventes da segunda guerra mundial, ansiosos por paz e por outro mundo que devia renascer dos destroços, foi brindada com uma temporada primaveril de sociedade que se abriu, até nas altas esferas, com realismo otimista, às utopias. Considero-me, portanto, como alguém que teve a sorte de ser absorvido e tocado numa órbita de cultura e de espírito que soprou forte e que marcou um período que, no âmbito das igrejas, chamamos de “kairós”. O termo grego indica a irrupção qualitativa de atitudes e fatos excepcionais e esperançosos. Dentro deles, o Espírito de Deus e dos humanos renovam, a olhos vistos, a face da terra e da história. É neste embalo que me parece oportuno partilhar a memória de dom Samuel Ruiz (03/11/1924 – 24/01/2011), bispo emérito de San Bartolomé de las Casas – Chiapas – Território Maya do sul do México. Considero-me um “tocado” por dom Samuel, do mesmo jeito que me sinto tocado, há 35 anos, desde quando inseri minha vida religiosa-franciscana e pastoral na igreja do Brasil, por Pedro Casaldáliga, e do mesmo jeito que me tocou, por 10 anos, o bispo beneditino norte-americano, dom Matthias Schmidt (1931-1992) que, em Ruy Barbosa – BA, nos pediu, desde 1982 que, como franciscanos e membros da CPT, fôssemos sinais de vida e de esperança para um povo de uma grande região do semiárido baiano, semiabandonada a si mesma.

Lembro o “toque” deles porque pude senti-los pessoalmente e porque os três nomeados tiveram, entre si, momentos intensos de sintonia e colaboração. Foram estes três, por exemplo,

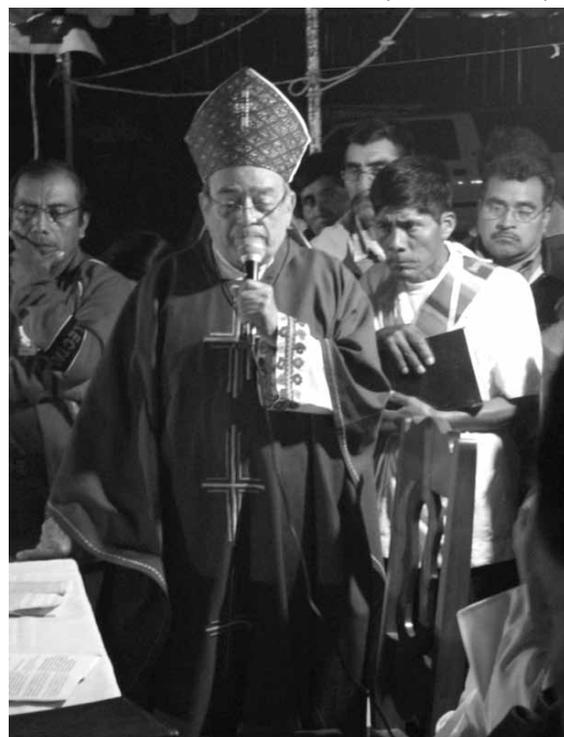


Foto: Arquivo Diocese de Chiapas

que animaram por um tempo – logo após a morte do patriarca da solidariedade latino-americana, dom Sergio Méndez Arceo (1907-1992) de Cuernavaca, México, no significativo 1992 dos 500 anos – o profético e ainda atuante SICSAL - Servicio Internacional Cristiano de Solidaridad con los pueblos de América Latina “Oscar Romero”. Neste período, dom Samuel Ruiz já estava tocado pelas multidões de pobres que, pela força do Espírito, irromperam na igreja, na onda do Vaticano II e das comunidades eclesiais de base. O toque do qual estou falando não se reduz a dois ou três momentos em que, até fisicamente, abracei dom Samuel, conversei e sorri com ele, como ocorreu na sacristia da basílica de Guadalupe, na Cidade do México em 1991 e num corredor de um colégio de lhéus – BA, durante o 10º Intereclesial das CEB’s do ano 2000; dele conservo também uma carta que me dirigiu, agradecendo-me pessoalmente o anúncio da morte re-

pentina de “seu amigo”, dom Matthias, nosso bispo acompanhante da CPT Bahia de então.

Marcas profundas ecoaram em muitos de nós quando, em 1976, recebemos a notícia que em Riobamba, no Equador, dom Samuel estava entre as 40 pessoas presas pelas forças militares de segurança daquele país. Havia ali um grupo com 17 bispos e vários religiosos/as, presbíteros, leigos e leigas reunidos, a convite de outro grande pastor do mundo indígena, dom Leônidas Proaño. Parafrazeando o testemunho de José Comblin, que também estava entre os presos dessa ocasião, podia-se declarar que esse grupo era formado por “gente muito boa, pena que, conforme a expressão de um eminente eclesiástico, tivessem todos ‘mania de índio e de pobre’”. Por isso eram perigosos e deviam ser controlados por policiais. Dom Samuel e seus indígenas Chiapanecos, que o chamavam de Tatik como a seu mestre, Leônidas Proaño (“pai”, na língua tzotzil), descortinam para o hoje, vários horizontes.

O primeiro tem a ver com um “cristianismo materialista” onde este adjetivo, tão assustador em tempos de espiritualismos intimistas e egocêntricos, quer simplesmente gritar mansa e vigorosamente, como fez dom Samuel, através de uma conversão processual aos pobres, que a condicionante maior do Deus encarnado em Jesus Cristo é o materialismo do capítulo 25 de Mateus, “tive fome, sede, era estrangeiro, estava nu, doente, preso... e você me socorreu”. Foi este Cristianismo que proporcionou a dom Samuel a firmeza, a autoridade moral e a coragem necessária para interpretar e defender seu povo, apontando os valores do Exér-

cito Zapatista de Libertação Nacional do México, como reconheceu o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena em seu comunicado, após a morte de dom Samuel, assinado pelo Tenente Coronel Insurgente Moisés e pelo Subcomandante Insurgente Marcos.

Outro horizonte, aberto e percorrido por dom Samuel, é o do pluralismo religioso e cultural. Hoje isso é particularmente inquietante e mete medo a muitos. Nomeado bispo em 1959, com 35 anos de idade, dom Samuel acompanhou o Concílio Vaticano II. Os tempos que lhe tocaram foram de profunda renovação da igreja e das convulsões político-culturais de 1968. Neste mesmo 1968, em Medellín, como um dos debatedores oficiais da teologia indigenista, dom Samuel optará definitivamente pelo campo de sua inserção popular, feita serviço missionário, a partir das problemáticas concretas e das culturas de seu povo. Sem nenhum exagero de metáfora, mas com pleno realismo, a partir desta conversão, dom Samuel pode ser incluído legitimamente entre os que podemos chamar de fase contemporânea da patrística latinoamericana formada por uma camada de pastores e profetas que optaram pelos pobres do continente: Helder Câmara no Brasil, Leônidas Proaño no Equador, Oscar Romero em El Salvador e muitos outros. Olhando para a riqueza de valores humanos e cristãos desses “pais da igreja latino-americana”, todos eles dão rico testemunho de colegialidade, circular e horizontal que, em Puebla, dom Luciano Mendes de Almeida sintetizará com a célebre expressão comunhão e participação. Com humildade e sem messianismos personalistas e paternalistas.

\*Agente da CPT Bahia.

## REFLEXÕES BÍBLICAS

# Servir a Javé

## As lições do deserto

ALESSANDRO GALAZZI\*

Na edição passada, Sandro nos lembrou que na saída da escravidão do Egito para a liberdade, “vários grupos marginalizados e oprimidos se encontraram ao redor da bandeira de Javé, o Deus dos hebreus, carregada pelo grupo do deserto: nômades, camponeses, explorados e endividados, beduínos do deserto, pastores das montanhas ... todos se uniram ao redor desta memória, geradora de um projeto alternativo ao das cidades”.

Acrescentou que, para formar um povo novo com toda essa mistura de gente, “não é suficiente sair do Egito, é preciso aprender a servir a Javé... pois não existe só a pirâmide do Faraó que nos oprime desde fora, mas dentro de cada um existe um farozinho que está tentando reproduzir o mesmo sistema.

Este farozinho é mais perigoso e contra ele não há vacina que nos imunize”. E concluiu, “a luta contra o Faraó dura somente três meses. A outra, para acabar com o farozinho dura quarenta anos no deserto. Quarenta, para os hebreus, é toda uma vida. No caminhar pelo deserto Javé põe à prova o coração do povo.



Os capítulos de 15 a 20 do êxodo, são o resumo simbólico das lições aprendidas ao longo deste caminho.”

### A. A lição de Meribá (Ex 15.22-27)

Três dias de caminhada pelo deserto e não se encontra água. Quando a encontram, era amarga. O povo reclama. Moisés atira na água o ramo de uma planta e ela se torna potável. Moisés estabelece um estatuto e um direito, se o povo obedecer, sobreviverá.

**A lição:** A obediência a Javé é base para garantir a vida. Ele é nosso único senhor. É a decisão básica.

### B. A lição do maná (Ex 16, 1-35)

O povo reclama da fome e Javé faz chover pão do céu. Mas cada um pode recolher a porção de cada dia, não mais. O que é recolhido a mais, apodrece e cria vermes. No sexto dia recolhe-se em dobro, pois o sétimo dia era um dia de descanso completo reservado a Javé.

**A lição:** A fome se vence eliminando o desejo de acumular mais do que cada um necessita. Onde há acumulação, há morte, vermes e podridão. E a dimensão teológica: Deus pensa em nós: “no dia de sábado ninguém recolha o maná”. É a nova proposta econômica.

### C. A lição dos Amalecitas (Ex 17, 8-16)

O povo de Israel é atacado pelos amalecitas. Josué escolhe guerreiros para os combater. Moisés sobe à mon-

tanha. Enquanto ficava com os braços erguidos, os israelitas venciam, quando o cansaço os fazia baixar os braços quem vencida era os amalecitas.

**A lição:** A libertação dos inimigos não é feita só pela espada, nem só pela oração. Quem não quer deixar passar o povo só pode ser vencido pela mão erguida de Moisés, e pela mão armada de Josué. É a guerra de Javé. É a proposta de uma religião nem mágica, nem alienante.

### D. A lição do sogro (Ex 18, 13-27)

Moisés sentado, julgando, e o povo de pé, esperando saber de Moisés o que Deus quer. É a tentação de ser todo poderoso: de sentir-se representante de Deus e intermediário de sua vontade. O sogro denuncia e propõe organizar o povo em grupos, repartir o poder entre muita gente, sentir-se responsável pelo povo e não representante de Deus. Só assim Deus caminha conosco. É a proposta de uma política alternativa.

Com estas novas atitudes podemos encontrar-nos com Deus no Sinai (Ex 19 e 20) e comprometer-nos com sua lei de liberdade e estabelecer uma aliança com Ele: Seremos seu povo e Ele será nosso Deus. Para sempre.

O importante é que a fé em Javé se transformou num projeto político alternativo, a fé em Javé não ficou só no coração do povo. Servir a Javé para o povo de Israel significou a implantação de uma forma alternativa de convivência. O serviço a Javé passa necessariamente pelas dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais de um projeto de vida.

\* Agente da CPT Amapá.

## EXPERIÊNCIA

# Escola de Jovens Rurais

MAURÍCIO QUEIROZ\*

Você já ouviu falar em EJR? Pois é. Trata-se da Escola de Jovens Rurais – EJR, na Diocese de Santa Cruz do Sul e funciona no município de Rio Pardo, RS. É uma escola diferente, voltada para a juventude da roça e já está completando 19 anos. Foi criada em 1992 por lideranças ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT), aos movimentos sociais e comunitários, religiosos e ao Bispo da Diocese, Dom Sinésio Bohn. A Escola busca o fortalecimento da pequena propriedade voltada para uma produção agroecológica, e propõe como objetivo proporcionar aos jovens da roça formação sobre agroecologia, organização social e espiritualidade, para que eles possam se organizar e buscar formas dignas de permanência na terra.

A Coordenação da EJR é composta pela coordenadora Diocesana da CPT, um Técnico Agrícola, um estagiário alemão, jovens que já passaram pela EJR e lideranças comunitárias das equipes de apoio. Estas equipes de apoio são formadas por familiares dos educandos, lideranças de movimentos e pastorais, e jovens que cursaram anos anteriores. Elas prestam apoio antes do curso, durante sua realização e depois da conclusão.

A escola se destina prioritariamente aos filhos e filhas de pequenos agricultores, na faixa etária de 16 a 23 anos. Atenção especial é dada aos mais excluídos e há a preocupação de integrar todas as etnias. Já se formaram 17 turmas, somando um total de 533 jovens, provenientes de vários municípios da Diocese, e também de outros lugares para os quais foram abertas as portas.

## Metodologia de trabalho

A escola aboliu de seu vocabulário os termos “aluno” e “professor” e adotou educando, educanda, educa-



Foto: Arquivo CPT RS

dora, educador, por serem mais adequados a uma escola diferente e fiel ao pensamento do grande educador popular, Paulo Freire, que dizia: “não há saber mais e nem saber menos, há saberes diferentes”. A expressão aluno, originária do latim, quer dizer sem luz, sem conhecimento. Para a EJR os jovens não são alguém sem luz ou sem conhecimento. Pelo contrário, são pessoas que possuem muitos conhecimentos diferentes uns dos outros, por isso são valorizadas as trocas de experiências e o aprendizado coletivo. Não se trata apenas de mudança de palavras, mas de uma nova compreensão, uma nova postura, que propõe uma troca de saberes e conhecimentos em busca de um aprendizado coletivo. A escola também propõe a construção de uma nova forma de vida coletiva. Por isso a coordenação, a disciplina, a alimentação, a limpeza são atividades assumidas por todos, com uma divisão de tarefas que garanta o bom andamento de cada etapa. A própria disposição dos educandos nas salas indica esta nova forma de educar. Os jovens não se sentam uns

atrás dos outros, mas em círculo para garantir uma participação igual de todas e todos.

## As etapas da formação

O curso se desenvolve em cinco etapas. As duas primeiras etapas são chamadas de **Tempos das Comunidades** e se realizam em alguma das comunidades que tem jovens que irão participar da escola, nos chamados regionais de Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul, Progresso, Arroio do Tigre e Caxias/Porto Alegre. A duração média destas etapas é de dois dias. As outras três etapas são conhecidas como **Tempos de Integração**, com duração de três a quatro dias, e reúnem os jovens de todas as regiões. Normalmente são realizadas em Rio Pardo. Os conteúdos da formação são distribuídos em três eixos temáticos. O Eixo Pastoral aprofunda os valores e vivências comunitárias, assentadas na vida no plano de Deus, sua dimensão bíblica, a vivência da fé, da mística e a ação pastoral. O Eixo Agroecológico que apon-

ta a agroecologia como o caminho para a construção de um novo modelo de produção que respeite a terra, a água, as plantas, os animais e os seres humanos. E o Eixo Político, que tem como foco a vivência de novas relações baseadas na solidariedade e o fortalecimento da organização da comunidade, tendo em vista o associativismo, o cooperativismo, a luta dos movimentos sociais populares.

Já são palpáveis os resultados da EJR. Sente-se um crescimento da consciência ecológica entre os jovens, que estão empenhados na recuperação e multiplicação das sementes crioulas como forma de garantir a autonomia camponesa e a segurança alimentar. Há várias iniciativas de jovens que estão se organizando em pequenos grupos para a produção agroecológica. A construção das primeiras Cisternas de Placas para captação de água de chuva do estado foi estimulada pela EJR em 2006, e foram construídas nas propriedades de jovens participantes da escola e em Lagoa Bonita do Sul, por ocasião da Romaria da Terra. E o que se vê com frequência é o despertar de lideranças. Muitos dos jovens que participaram da escola, hoje são lideranças pastorais, de movimentos sociais e políticos atuando para a construção de um mundo melhor.

## Pé na Terra

A Escola mantém um jornalzinho, o “Pé na Terra”, com informações sobre agricultura familiar, programas da escola, experiências e atividades das comunidades. O jornal convoca as comunidades a participar, incentivando os jovens a fazerem os cursos e fazendo doações em dinheiro e alimentos, ou adquirindo o “Pé na Terra”, para ajudar a manutenção das atividades.

\* Agente da CPT Rio Grande do Sul.

## CULTURA

CARTA DO POVO GUARANI KAIOWÁ  
À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Foto: EGON HECK



“Que bom que a senhora assumiu a presidência do Brasil. É a primeira mãe que assume essa responsabilidade e poder. Mas nós Guarani Kaiowá queremos lembrar que para nós a primeira mãe é a mãe terra, da qual fazemos parte e que nos sustentou há milhares de anos. Presidenta Dilma, roubaram nossa mãe. A maltrataram, sangraram suas veias, rasgaram sua pele,

quebraram seus ossos... rios, peixes, árvores, animais e aves... Tudo foi sacrificado em nome do que chamam de progresso. Para nós isso é destruição, é matança, é crueldade. Sem nossa mãe terra sagrada, nós também estamos morrendo aos poucos. Por isso estamos fazendo esse apelo no começo de seu governo. Devolvam nossas condições de vida que são nossos tekohá,

nossas terras tradicionais. Não estamos pedindo nada demais, apenas os nossos direitos que estão nas leis do Brasil e internacionais.

No final do ano passado nossa organização, Aty Guasu, recebeu um prêmio. Um prêmio de reconhecimento de nossa luta. Agora, estamos repassando esse prêmio para as comunidades do nosso povo. Esperamos que não seja um prêmio de consolação, com o sabor amargo de uma cesta básica, sem a qual hoje não conseguimos sobreviver. O Prêmio de Direitos Humanos para nós significa uma força para continuarmos nossa luta, especialmente na reconquista de nossas terras. Vamos carregar a estatueta para todas as comunidades, para os acampamentos, para os confinamentos, para os refúgios, para as retomadas... Vamos fazer dela o símbolo de nossa luta e de nossos direitos.

Presidente Dilma, a questão das nossas terras já era para ter sido resolvida há décadas. Mas todos os governos lavaram as mãos e foram deixando a situação se agravar. Por último o ex-presidente Lula, prometeu, se comprometeu, mas não resolveu. Reconheceu que ficou com essa dívida para com nosso povo Guarani Kaiowá e passou a solução para suas mãos. E nós não podemos mais esperar. Não nos deixe sofrer e ficar chorando nossos mortos quase todos os dias. Não deixe que nossos filhos continuem enchendo as cadeias ou se suicidem por falta de esperança de futuro. Precisamos de nossas terras para começar a resolver a situação que é tão grave, que a procuradora Deborah Duprat considerou que Dourados talvez seja a situação mais grave de uma comunidade indígena no mundo.

Sem as nossas terras sagradas estamos condenados. Sem nossos tekohá, a violência vai aumentar, vamos ficar ainda mais dependentes e fracos. Será que a senhora, como mãe e presidente quer que nosso povo vá morrendo à míngua? Acreditamos que não. Por isso, lhe dirigimos esse apelo exigindo nosso direito.

Dourados, 31 janeiro de 2011.

Conselho da Aty Guasu Kaiowá Guarani

Assine ou renove sua assinatura

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Exemplares: \_\_\_\_\_

**Assinatura anual:**

- |                          |                       |      |       |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil .....          | R\$  | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior ..... | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: [canuto@cptnacional.org.br](mailto:canuto@cptnacional.org.br)

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT  
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA